



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO**  
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE FOMENTO - EDITAL CMDCA 08/2024**

Termo de Fomento CMDCA N° **XXXX** QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, A SECRETARIA MUNICIPAL DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, E A(O) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, representado pelo seu Presidente **XXXXXX** portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXX**, o MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, por intermédio da Secretaria Municipal de Rede de Proteção Social, inscrito no CNPJ sob n.º **XXXXXX**, com sede à **XXXXXXXXXX** doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXX**, portador(a) do CPF **XXXXXX**, e a "**XXXXXXXXXX**", com sede (endereço completo), neste ato representada pelo seu Presidente **XXXXXXXXXX**, portador do RG **XXXXXXXX**, CPF n.º **XXXXXXXXXX**, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Orçamentária n.º **XXXX**, na Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal n.º 13.096 de 31 de março de 2014 e posteriores regulamentações / alterações, e com as demais legislações federais, estaduais e municipais, e outros atos emitidos pelo CMDCA, e pelo poder executivo municipal e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1- O presente Termo de Fomento, oriundo do Edital de Chamamento Público CMDCA 08/2024 tem por objeto garantir os direitos de crianças e adolescentes, conforme a Lei N.º 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e segundo o Eixo Temático **XX**, alínea **X**, por meio do Projeto **XXXXXXXXXX**, conforme detalhado no Plano de Trabalho da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaiso.go.gov.br

### 2.1 - São obrigações dos Partícipes:

#### 1. - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manual específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

c) nas parcerias com vigência superior a um ano, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsidio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao Cronograma de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria

k) a indicação de foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa com a participação de órgão

encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

#### **2. - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13 019. de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA**

3.1 - Fica designada como Gestor da Parceria ora firmada o Sr(a). **XXXXXXXX**, portador(a) do CPF nº **XXXXXX**, devidamente nomeado(a) por meio da Portaria **XXXXXX** para acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, com as seguintes obrigações:

I Avaliar o andamento e concluir se objeto da parceria foi executado conforme Termo de Fomento CMDCA nº 08/2024;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

II Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

III Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter;

a) A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

b) A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;

c) Os valores efetivamente transferidos pela Administração Pública e valores comprovadamente utilizados;

d) Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos,

e) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas;

f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

IV Informar à Gestão Municipal a existência de fatos que comprometam atividades ou metas da parceria, e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

V Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL fica autorizada a conceder no corrente exercício, o valor de R\$ **XXXXXX (xxxxxx)**, para execução do presente Termo de Fomento com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

4.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará no presente exercício o valor total deste termo em conta específica aberta em instituição financeira oficial indicada pelo órgão/entidade público concessor (a), sem cobranças de taxas e despesas bancárias, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaiso.go.gov.br

I Quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação do recurso recebido, na forma da legislação, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública;

II. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com relação a outras cláusulas básicas;

III. quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

4.3 - Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária.

§ 1o - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2o – Se a parceria tiver vigência plurianual ou firmada em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

§ 3o - No caso de cancelamento de restos a pagar, o ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL autorizará que a reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade

§ 4o - A presente parceria não gera obrigações de contrapartida financeira para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sendo considerada a contrapartida social, o cumprimento satisfatório do objeto.

4 4 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento

4 5 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

4.6 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto deste Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos e mediante aprovação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL da alteração do Plano de Trabalho.

4.7 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar, na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo, a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida, caso existam.

4.8 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, se for o caso.

4.9 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

4.10 - No caso de o Plano de Trabalho e o Cronograma de Trabalho preverem mais de uma parcela de repasse de recursos, para recebimento de cada parcela a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá:

- I- Ter preenchido os requisitos exigidos na lei nº 13.019/2014 para celebração da parceria;
- II- Apresentar a prestação de contas da parcela anterior;
- III- Estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES**

5.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para:

- I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência:

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos,

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII- Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do Plano de Trabalho pela Administração Pública;

VIII - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; IX - Pagamento de pessoal contratado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que não esteja ligado diretamente à execução do objeto.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará de **XXXXXX** até **XXXXXX** conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto e publicado no Site Oficial.

6.2 – Sempre que necessárias, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, com, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

6.3 - Os participantes poderão rescindir o presente instrumento a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade desta intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1- O Monitoramento e a Avaliação do objeto da presente parceria será realizado trimestralmente por Comissão Especial designada para esta finalidade por meio de Portaria, com alterações subsequentes, a qual se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento da parceria celebrada, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

boa e regular gestão da parceria, por meio de análise de documentos, pesquisa de satisfação e visitas in loco, ficando a mesma obrigada a:

I - Emitir relatório de visita técnica in loco, realizada durante a execução da parceria;

II - Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação sobre conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente Termo de Fomento, o qual, sem prejuízos de outros elementos, deverá conter:

a) - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;

c) - Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

d) - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

e) - os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo aplicações financeiras.

f) - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a Administração Pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades

### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8 1 - A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

## Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

8.2 - As prestações mensais devem ser entregues até o último dia do mês seguinte ao recebimento e seguir o Manual de Prestação de Contas da Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social vigente, contendo:

I- Ofício de encaminhamento a Secretária;

II- Ofício de Protocolo com documentos relacionados;

III- Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas, assinado pelo dirigente e membros do Conselho Fiscal;

IV- Extrato bancário da conta específica mensal e extrato de aplicação financeira;

V- Conciliação bancária;

VI- Comprovantes de Despesas - original e cópia - com seus devidos comprovantes de pagamentos e justificativas, salientando que, nos casos de compras e prestações de serviço de pessoa física ou jurídica, estas deverão apresentar obrigatoriamente Notas Fiscais Eletrônicas para comprovação de despesas, conforme legislação em vigor;

VII- Relatório Mensal de Atividades, contendo fotos das atividades e relação nominal de atendidos, emitido pela entidade beneficiária e assinado pelo seu responsável legal e técnico, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento.

8.3 - As prestações quadrimestrais devem ser apresentadas até o dia 10 do mês após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, sendo o Relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, e Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas.

8.4 - Os documentos que irão compor o processo de Prestação de Contas Final devem ser apresentados até o dia 31/01 após o término de cada exercício, na seguinte ordem:

I- Ofício de encaminhamento à Secretária da Rede de Proteção Social; II- Ofício de Protocolo com documentos relacionados:

a) - balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

b) - comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

c) - extrato da conta bancária específica;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

- d) - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) - relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive contracheques (holerites), com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) - comprovante bancário dos pagamentos realizados.

§ 1.0 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.0 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até trinta dias após o recebimento da parcela.

8.5 - A Administração Pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria.
- II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.6 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - Os impactos econômicos ou sociais;
- III - O grau de satisfação do público-alvo;
- IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado

8.7 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - Aprovação da prestação de contas;
- II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas, ou
- III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

8.8 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a Administração Pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.9 - A Administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até noventa dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período. Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela Administração Pública.

8.10 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho:

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias;

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho,

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

8.11 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.12 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.13 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, desde que devidamente justificado o interesse público, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações, e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaíso.go.gov.br

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES**

11.1- Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO**  
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008.

e-mail: cmdca@altoparaiso.go.gov.br

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado, e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Específica.

E assim por estarem de pleno acordo e ajustados, os representantes legais das partes, , firmam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos jurídicos- administrativos.

Alto Paraíso de Goiás-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Representante legal da ONG

Presidente do CMDCA

Gestor(a) do FUMCAD